

Documentação

Fonte: *Gm (nacional)*

Data: *21/8/2001* Pg. *A7*

Class: *34*

# CNPE autoriza pesquisa sobre usina Belo Monte

Maurício Corrêa  
de Brasília

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, ontem, o início das discussões, dentro do governo, para montar um modelo de construção e exploração da hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, que seja suficientemente capaz para atrair o interesse do setor privado. A informação é do ministro de Minas e Energia, José Jorge, que acrescentou que a Eletrobrás poderá participar do consórcio que construirá Belo Monte, mas o seu percentual no negócio dependerá da participação da iniciativa privada. Outro projeto polêmico incluído na agenda do CNPE, referente à construção da usina nuclear Angra 3, teve um pedido de vistas formulado pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho.

Belo Monte será uma mega-usina. Programada para o rio Xingu, terá 20 máquinas de 550 megawatts (MW) cada, totalizando uma capacidade instalada de 11 mil MW. No País, será menor apenas que a hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná (PR). Para José Jorge, já é possível dimensionar quais seriam os grupos eventualmente interessados no projeto: consumidores eletrointensivos, que assim contariam com energia própria em larga escala; 'players' internacionais eventualmente interessados em participar do mercado brasileiro e concessionários de distribuição.

Segundo o ministro de Minas e Energia, o projeto de Belo Monte exigirá entre US\$ 3 bilhões e US\$ 3,5 bilhões só na construção da usina. Entretanto, para as linhas de transmissão que levarão a energia do rio Xingu até os centros consumidores, no Sudeste, serão necessários investimentos estimados entre US\$ 2 bilhões e US\$ 2,5 bilhões.

Ontem, o CNPE aprovou apenas a realização de mais estudos sobre a viabilidade empresarial, de modo que, em dezembro, a proposta possa retornar ao âmbito do conselho. "É

uma usina cara", admitiu José Jorge, frisando que a Eletrobrás poderá "participar de qualquer consórcio".

No entanto, qualquer avanço em relação a Belo Monte ainda esbarra na formatação legal do empreendimento. O ministro reconheceu que o caminho legal consistiria no enquadramento do projeto às normas de licitação de hidrelétricas formuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Mas o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Luiz Gonzaga Perazzo, afirmou que, devido ao tamanho da obra, poderia ser formulada uma modelagem específica para ela.

José Jorge disse que a hidrelétrica de Belo Monte é menos polêmica que a usina nuclear Angra 3, embora garanta que o governo não tem preferência sobre

**Outro projeto, referente à construção de Angra 3, teve um pedido de vistas feito pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Fº**

uma ou outra. Conforme argumentou, a usina no rio Xingu será um empreendimento primordialmente privado, enquanto a

terceira usina termonuclear exigirá investimentos totalmente públicos.

O pedido de vistas no projeto de Angra 3 apresentado pelo ministro do Meio Ambiente de certa forma representou um grande alívio para o governo, que estava dividido entre setores que defendem a terceira unidade em Angra dos Reis e segmentos contrários à expansão da geração termonuclear.

"A produção de energia nuclear tem um importante relacionamento com a área ambiental e precisa ser melhor discutida não só dentro do governo, mas, também, com a sociedade. Era preciso dar uma oportunidade à área ambiental para se manifestar", disse o ministro.

Agora o Ministério do Meio Ambiente tomará iniciativas para levar o debate sobre Angra 3 para audiências públicas.

Para o ministro José Jorge, a proposta sobre Angra 3 poderia retornar ao CNPE por volta de setembro/outubro. Mas o ministro do Meio Ambiente não está preocupado com tanta pressa.